



**PREFEITURA DO  
ARACATI**  
AS PESSOAS EM PRIMEIRO LUGAR

Rua Coronel Alexanzito, 1272 - Farias Brito  
Cep: 62800-000 • Aracati - CE, Brasil  
Contato: +55 (88) 3421.2789



**.MENSAGEM DE LEI Nº 90/2018**

Aracati, 24 de Maio de 2018

Exmo. Sr.  
Presidente da Câmara Municipal de Aracati.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a essa Augusta Câmara Municipal, por intermédio de Vossa Excelência, para apreciação, o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre a aplicação de novos índices de reajuste aos vencimentos básicos do grupo ocupacional do magistério do Município do Aracati.

A iniciativa promove a justiça aos professores do Município, visto que, estabelece valorização do trabalho desempenhado pelo quadro do magistério municipal.

A aprovação do projeto de lei em anexo torna-se necessário, para que, pelas razões acima, a remuneração do professor readquira seu poder econômico.

Certo de que o elevado espírito público de Vossa Excelência e de seus pares respaldará a correta decisão legislativa, reitero, na oportunidade, protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

**BISMARCK COSTA LIMA PINHEIRO MAIA**  
Prefeito Municipal do Aracati

CÂMARA MUNICIPAL DE ARACATI  
RECEBIDO EM 25 / 05 / 2018  
  
ASSINATURA

1



PROJETO DE LEI N.º ~~115~~ 2018

De, 24 de maio de 2018.

**REAJUSTA OS VENCIMENTOS BÁSICOS  
DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO  
DO MUNICÍPIO DO ARACATI E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DO ARACATI, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal do Aracati aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

**Art. 1º** - Esta lei define o reajuste percentual dos vencimentos básicos do Grupo Ocupacional do Magistério do Município do Aracati, bem como estabelece o piso salarial municipal para os profissionais do magistério da educação infantil e ensino fundamental.

**Art. 2º** - Ficam reajustados, no percentual de 6,81 % (seis vírgula oitenta e um por cento), os valores dos vencimentos básicos do Grupo Ocupacional do Magistério do Município de Aracati, de que trata a Lei Municipal nº 037/2004, nos termos do que estabelece a Lei Federal nº 11.738/2008 e a Portaria Ministerial (MEC) nº 1.595, de 28 de dezembro de 2017, que passam a vigorar conforme o anexo I desta lei.

**Art. 3º** - O piso salarial municipal para os profissionais do magistério da educação infantil e do ensino fundamental será de R\$ 2.456,01 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e um centavo) mensais para a formação nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei Federal nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

**Art. 4º** - Os professores contratados temporariamente pelo Município do Aracati farão jus ao mesmo reajuste percentual estabelecido nesta lei, a partir de sua vigência, a ser aplicado somente sobre contratos vigentes no ano de 2018 e

CÂMARA MUNICIPAL DO ARACATI  
RECEBIDO EM 25 / 05 / 2018  
*Raimundo Borne*  
ASSINATURA



**PREFEITURA DO  
ARACATI**  
AS PESSOAS EM PRIMEIRO LUGAR

Rua Coronel Alexanzito, 1272 - Farias Brito  
Cep: 62800-000 • Aracati - CE, Brasil  
Contato: +55 (88) 3421.2789



correspondente ao período efetivamente trabalhado no referido ano, conforme o Anexo II desta Lei.

**Art. 5º** - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no vigente orçamento do Poder Executivo Municipal.

**Art. 6º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 1º dia do mês de janeiro do ano de 2018 e revogando todas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI, AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E DEZOITO.

**BISMARCK COSTA LIMA PINHEIRO MAIA**

**Prefeito Municipal do Aracati**





ANEXO I A QUE SE REFERE O ART. 2º DA LEI Nº \_\_\_, DE \_\_\_ 2018

**TABELA VENCIMENTAL DO PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DO  
GRUPO OCUPACIONAL DO MAGISTÉRIO**

NÍVEL/ESCOLARIDADE	REFERÊNCIA	VENCIMENTO BASE (R\$)	
		20H	40H
Pós Graduação	ED. BÁS. II – REF. 09	1.595,82	3.191,66
Licenciatura Plena	ED. BÁS. II – REF. 06	1.291,24	2.582,48
4º Pedagógico	ED. BAS. I – REF. 03	1.228,00	2.456,01
3º Pedagógico	ED. BÁS. II – REF.01	1.228,00	2.456,01

NÍVEL/ESCOLARIDADE	REFERÊNCIA	VENCIMENTO BASE (R\$)	
		20H	40H
Nível Médio	—	829,54	1.659,08

\*NÍVEL EM EXTINÇÃO

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI, AOS VINTE E QUATRO  
DIAS DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E DEZOITO.

  
**BISMARCK COSTA LIMA PINHEIRO MAIA**  
Prefeito Municipal do Aracati



**PREFEITURA DO  
ARACATI**  
AS PESSOAS EM PRIMEIRO LUGAR

Rua Coronel Alexanzito, 1272 - Farias Brito  
Cep: 62800-000 • Aracati - CE, Brasil  
Contato: +55 (88) 3421.2789



ANEXO II A QUE SE REFERE O ART. 4º DA LEI Nº \_\_\_, DE \_\_\_ 2018

**TABELA VENCIMENTAL DOS DOCENTES CONTRATADOS  
TEMPORARIAMENTE**

NÍVEL/ESCOLARIDADE	REFERÊNCIA	VENCIMENTO BASE (R\$)	
		20H	40H
GRADUAÇÃO - LICENCIATURA PLENA	ED. BÁS. II – REF. 06	1.291,24	2.582,48
3º PEDAGÓGICO	ED. BÁS. II – REF. 01	1.228,01	2.456,01
NÍVEL MÉDIO	-	829,54	1.659,08

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI, AOS VINTE E QUATRO  
DIAS DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E DEZOITO.

**BISMARCK COSTA LIMA PINHEIRO MAIA**

**Prefeito Municipal do Aracati**





**PREFEITURA DO  
ARACATI**

AS PESSOAS EM PRIMEIRO LUGAR

Rua Coronel Alexanzito, 1272 - Farias Brito  
Cep: 62800-000 • Aracati - CE, Brasil  
Contato: +55 (88) 3421.2789



## ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO

O presente estudo da Estimativa do Impacto Orçamentário Financeiro, em consonância com os arts. 16 e 17 da Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), tem como finalidade demonstrar o impacto orçamentário-financeiro com a aplicação do reajuste neste projeto proposto, em conformidade com a Lei Federal 11.738/2008 e Portaria Ministerial 1.595/ 2017.

Vejamos os preceitos do art. 16, I da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

Exercício	Previsão de impacto	Percentual
2018	R\$ 1.909.894,64	6,81%
2019	R\$ 2.039.958,46	6,81%
2020	R\$ 2.178.879,63	6,81%

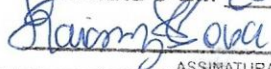
Obs.: Para efeitos de projeção para os exercícios de 2019 e 2020, usaremos o índice do exercício de 2018, que foi 6,81% (seis vírgula oitenta e um por cento), no entanto, fica passível de alteração conforme legislação vigente à época.

Os recursos do objeto deste impacto, serão oriundos dos repasses do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação destinados ao município do Aracati em seus respectivos exercícios.

  
**BISMARCK COSTA LIMA PINHEIRO MAIA**  
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ARACATI

RECEBIDO EM 25 / 05 / 2018

  
ASSINATURA

**Parecer nº 01/2018**

**Aracati, 28 de maio de 2018.**

**Parecer da Comissão de  
Constituição Justiça e Redação  
Final sobre o Projeto de Lei de  
nº 115/2018, de 24 de Maio de  
2018, de autoria do Executivo  
Municipal.**

## **I – Relatório**

Através do Projeto de Lei nº 115/2018, o Chefe do Executivo Municipal dispõe sobre o Reajuste dos vencimentos básicos dos Profissionais do Magistério do Município do Aracati e dá outras providências.

## **II – Fundamentação**

Verificamos que o Projeto de Lei ora analisado segue o Piso Nacional dos Professores, aprovado por meio da Portaria de nº 1.595 de 28 de dezembro de 2017.

No entanto observamos confronto com a Lei Federal de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Que dispõe:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I – professores habilitados em **nível médio ou superior** para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e



nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Por conseguinte, quanto ao aspecto legal, o Projeto de Lei em questão não atende aos preceitos legais acima descritos, uma vez que em seu Anexo II o mesmo trata dos vencimentos dos docentes contratados temporariamente, e traz os vencimentos dos professores do 3º Pedagógico e nível médio.

### III – Opinião

Em face do exposto, proponho Emenda modificativa, e sua aprovação, para que seja retirada do presente Projeto, em seu Anexo II, em sua parte que positiva sobre o reajuste de eventuais professores contratados de nível médio para exercer função de magistério.

Nos demais aspectos seguem em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei de Responsabilidade Fiscal e demais legislações relacionadas.

Por isso, opino pela alteração do Projeto neste ponto, de autoria do Executivo Municipal.

Aracati, 28 de maio de 2018.

  
**Francisco Kléber de Andrade Lima**  
Relator


#### VOTAÇÃO AO PARECER:

  
Marcelo Porto de Freitas  
Presidente

☒ A favor      ( ) Contra

  
Francisco Kléber de Andrade Lima  
Relator

☒ A favor      ( ) Contra

  
Francisco Hilton do Nascimento Santos  
Secretário

☒ A favor      ( ) Contra